

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019
AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 716291 - PR
(2015/0109595-2)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : ADEMIR FERREIRA BORGES
AGRAVANTE : JANETE TRINDADE ROCHA
AGRAVANTE : LUCINEIA TRINDADE ROCHA
AGRAVANTE : LUIZ MOREIRA DA SILVA
AGRAVANTE : MARIA DA CONCEICAO MORETÃO
AGRAVANTE : ROBERTO CABRAL
ADVOGADO : FERNANDO ANZOLA PIVARO - PR044250
AGRAVADO : SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE
SEGUROS GERAIS
ADVOGADO : REINALDO MIRICO ARONIS E OUTRO(S) -
PR035137
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : GILBERTO GEMIN DA SILVA - PR014578
LUIZ CARLOS LUGUES - PR012146
CESAR AUGUSTO DE LARA KRIEGER - PR026058
DANIELA PAZINATTO - PR027238

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF. DEVOLUÇÃO DO FEITO AO TRIBUNAL A *QUO* PARA FINS DE JUÍZO DE RETRATAÇÃO/CONFORMAÇÃO. ATO DESTITUÍDO DE CARÁTER DECISÓRIO. IRRECORRIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. O ato judicial que determina o sobrestamento e/ou devolução dos autos à origem, a fim de que lá seja exercido o competente juízo de retratação/conformação após o julgamento de questão cuja repercussão geral foi reconhecida pelo STF (arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015), não possui conteúdo decisório, razão pela qual é irrecorrível. Além disso, nesses casos revela-se a primazia do viés constitucional do tema em debate. Precedentes.

2. Agravo interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Regina Helena Costa.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina
Relator

